



CONSELHO ESCOLAR: FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE-MS

Carmen Lígia Caldas Haiduck¹

Viviane Gregório Barbosa de Campos²

Aureotilde Monteiro³

INTRODUÇÃO

A reivindicação pela instalação/implementação de Conselhos Escolares ganhou ênfase no Brasil na década de 1980, como uma das pautas defendidas pelos educadores no sentido de viabilizar a implantação da gestão democrática na escola pública brasileira. Essa reivindicação complementava outras, como a eleição para diretores das escolas e a possibilidade de elaboração do Projeto Político Pedagógico.

No âmbito da escola pública, o Conselho Escolar constitui o espaço que oportuniza a relação dialógica e o ensaio de participação. Os conselheiros pertencentes aos diversos setores da escola, que compõem o Conselho Escolar, portam diferenciadas experiências, conhecimentos e compreensões acerca do contexto escolar e podem, assim, contribuir na gestão da escola a partir de seu compromisso com o coletivo.

É importante salientar que o Conselho Escolar é um local onde as relações de poder dependem predominantemente do capital cultural dos representantes eleitos pela comunidade escolar e de como as relações são construídas e estabelecidas entre os conselheiros (WERLE, 2003). O Conselho não é um órgão da gestão da escola, mas um órgão de gestão que discute e delibera

¹ Profa Doutora em Educação. Rede Municipal de Ensino de Campo Grande-MS. E-mail: c-ligia@uol.com.br.

² Profa Especialista em Coordenação Pedagógica. Rede Municipal de Ensino de Campo Grande-MS. E-mail: vivigreg@terra.com.br.

³ Profa Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Campo Grande. E-mail: monteiro.ufms@gmail.com.



sobre variados assuntos do contexto da escola. Assim, um aspecto relevante é a preparação dos conselheiros para a atuação nesse espaço privilegiado.

Na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande-MS o Conselho Escolar foi instituído no ano de 2009, por meio do Decreto Municipal nº 10.900, que preconizou em seu artigo 3º: "O Conselho Escolar tem por objetivo promover a participação e a conjugação de esforços entre a comunidade escolar e demais segmentos da sociedade, e a qualidade de aprendizagem oferecida" (CAMPO GRANDE, 2009). Nesse sentido, entre as competências previstas para esse Conselho destaca-se a de elaborar seu regimento interno, uma competência constituída, mas não materializada integralmente, visto que as escolas receberam uma minuta para poucas adequações e, dessa forma, regulamentaram as normas de funcionamento do órgão. O regimento estabeleceu ao Conselho Escolar a responsabilidade da elaboração de plano de formação continuada aos conselheiros escolares, objetivando a qualificação para a atuação (CAMPO GRANDE, 2010).

Foi nesse contexto que uma unidade escolar da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande, ao perceber a necessidade da construção de um caminhar formativo mais sólido para os processos participativos e utilizando da autonomia conferida na competência acima citada, buscou parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) para a realização do curso de formação dos conselheiros na referida escola. O presente texto visa demonstrar possibilidades de a escola pública construir seu processo de formação de conselheiros escolares.

O CURSO DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS ESCOLARES

A escola considerou por bem, reconstruir o caminhar formativo do grupo com mais efetividade ao formalizar a proposta com a UFMS, que resultou em duas etapas de curso, a primeira no período 2016-2017 e a segunda em 2018, ambas com 60 horas de duração. Tais períodos tiveram o seguinte critério de escolha: na primeira turma participariam todos os conselheiros que



compunham o Conselho no biênio 2016-2017 e na segunda turma os que comporiam o biênio 2018-2019.

Vale ressaltar que o curso foi estendido a demais membros da comunidade escolar, no intuito de estimular a participação em ações do Conselho, pois se “os Conselhos Escolares são instituições que tratam da vinculação entre os representantes” (WERLE, 2003, p. 82), então nada mais importante que a participação no curso de outros sujeitos não conselheiros para dialogarem com seus representantes e o Conselho exercer sua função mobilizadora.

Convém mencionar que anteriormente à implantação do Conselho Escolar a direção (diretor e adjunto) dessa escola e um professor participaram de um curso de formação de conselheiros escolares via projeto de extensão da UFMS. Com esse suporte formativo foi possível, com orientações da equipe da UFMS, que o diretor adjunto e o professor, ambos conselheiros escolares que haviam realizado o curso, fossem os formadores.

Nesse processo, a UFMS disponibilizou o material do curso, como apostila e CD *Rom*. É importante registrar que foi utilizado o material didático do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares/SEB/MEC (BRASIL, 2004), que visa qualificação dos conselheiros escolares. Seguindo o caminho das políticas públicas orientadas pela Constituição Federal de 1988, este programa define linhas de trabalho direcionadas para a possível gestão democrática, apontando para reflexões como a democratização da escola e construção da cidadania; a aprendizagem na escola e qualidade do ensino; o respeito à valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade e a gestão democrática da educação.

O curso para os conselheiros escolares na 1ª etapa foi organizado em cinco encontros presenciais, com datas discutidas e acordadas com os conselheiros, com leituras e atividades em local de livre escolha do cursista. O início foi em setembro de 2016, com o primeiro encontro presencial programado para apresentação da proposta e do material, bem como as primeiras orientações sobre o curso. Mais quatro encontros presenciais



ocorreram na escola, entre setembro de 2016 e maio de 2017, no horário de 17h30m às 18h30, com a presença dos cursistas e da coordenação do curso da escola e da UFMS, com o objetivo de debater o conteúdo do material oferecido para estudo. A estratégia desenvolvida nesses encontros mostrou-se eficiente, pois eles aconteceram de forma dinâmica, retomando o foco principal de cada tema com apresentação de vídeos curtos, discussões em grupos, produção de cartazes e exposição de ideias. O curso culminou com a construção de um Plano de Trabalho para atuação deste grupo no Conselho Escolar e na unidade de ensino.

Foram destacados pelos cursistas ao final do curso os seguintes pontos relevantes de aprendizagem: a relação do Conselho Escolar e o Projeto Político Pedagógico; a definição de alguns conceitos deixando-os mais compreensíveis a respeito da importância do Conselho Escolar; a interação na escola com os grupos; a percepção de que vale a pena participar e entender, entre outros.

A materialização da apreensão desses pontos foi possível de ser observada ao final de 2017, no movimento de eleição do Conselho Escolar para o biênio 2018-2019, quando o Conselho Escolar se mobilizou e realizou assembleias entre os diversos segmentos para incentivar a participação da comunidade escolar no processo. Essa ação contou também com a presença da UFMS na realização de palestras e diálogos com a comunidade. Como diz Barbosa Júnior (2013, p. 29) "Um Conselho para o cotidiano pode ser isso, um movimento enraizado essencialmente nas pessoas que buscam compreender o sentido que o Conselho Escolar tem para a educação pública brasileira".

No ano de 2018, sob a vigência de outro biênio, teve início a segunda etapa do curso, em continuidade à parceria com a UFMS, e a mesma base formativa. Porém a metodologia foi modificada e utilizou-se o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da UFMS, possibilitando aos cursistas acessar o material para leitura, ver vídeos, postar em fórum de debates, responder questionários de forma *online*. Vale mencionar que nesse formato houve dificuldades no seu decorrer, como a falta de internet, e para suprir essa dificuldade a escola organizou encontros presenciais na sala de informática.



Desse modo, foi possível que a maioria participasse cumprindo as atividades no ambiente virtual em continuidade ao plano de trabalho do grupo anterior.

A formação com base teórica conceitual, possibilitou aos conselheiros a reflexão sobre a ação participativa, com a compreensão da relevância do Conselho Escolar no interior da escola.

CONSIDERAÇÕES

Embora o Conselho Escolar seja um mecanismo de gestão democrática, há que se considerar que apenas sua implantação não é sinônimo da existência do processo participativo. A participação é também um processo de aprendizagem. Destaca-se que ao final das duas etapas do curso foram expedidos pela UFMS 38 certificados, conforme o relatório final, 24 certificados em 2017 e 14 em 2018, considerando que os demais componentes já tinham participado da 1ª etapa e foram reeleitos para o biênio em foco.

Observa-se que a proposta de formação idealizada e realizada por essa escola, em parceria com a UFMS, oportunizou a comunidade escolar um caminhar no sentido da construção do espaço participativo e democrático no âmbito da escola, visto a mobilização realizada para a eleição do Conselho e outras ações para seu funcionamento.

A atuação de um Conselho Escolar como órgão de gestão democrática é um desafio perante uma sociedade que tem conceitos frágeis de democracia; assim a preparação de sujeitos para atuar num órgão colegiado é sempre importante na medida em que há possibilidade de discussões e do exercício participativo, de acordo com os princípios democráticos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA JÚNIOR, W. P. Um conselho para o cotidiano. In: VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima *et al* (Org.). **Conselho Escolar: processos, mobilizações, formação e tecnologia**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado



Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Curso de Formação para Conselheiros Escolares**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2004.

CAMPO GRANDE, MS. Prefeitura Municipal. **Decreto n. 10.900, de 13 de julho de 2009**. Campo Grande - MS, 2009.

_____. Prefeitura Municipal. **Regimento Interno do Conselho Escolar Escola Municipal Padre José Valentim**. Campo Grande, MS, 2010.

WERLE, F. O. C. **Conselhos Escolares: implicações na gestão da Escola Básica**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.